

Mulheres, homens e usos do tempo – o contributo da CITE para o desvelar das assimetrias de género no trabalho não pago de cuidado em Portugal

Comemora-se este ano o 40.º aniversário da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Mas data há já mais de duas décadas a prioridade conferida pela Comissão à temática dos usos do tempo das mulheres e dos homens, e em particular às assimetrias de género no trabalho não pago de cuidado.

Com efeito, e graças ao pioneirismo e à capacidade de ver sempre mais além de Maria do Céu da Cunha Rêgo, então sua Presidente, a CITE promoveu a realização de um estudo sobre a utilização do tempo e a duração do exercício de actividades remuneradas e não remuneradas dos homens e das mulheres. Este estudo veio a ser desenvolvido por uma equipa do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social e deu origem à publicação [*Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho: Uma questão de género*](#) (Perista, coord., 1999), em 1999, coincidindo com as comemorações dos 20 anos da entrada em vigor da Lei da Igualdade e, conseqüentemente, da criação da CITE.

O reconhecimento continuado da importância desta temática levou a CITE a constituir-se como entidade parceira e cofinanciadora da operação estatística, nunca antes efetuada em Portugal, conduzida em 1999 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de realização do *Inquérito à Ocupação do Tempo (IOT)*. E é também com o patrocínio da CITE que um dos capítulos da [publicação](#) que divulga os principais resultados deste Inquérito foi da responsabilidade partilhada de duas consultoras da CITE (à data), Maria das Dores Guerreiro e eu própria. Este capítulo, dedicado ao *Trabalho e Família*, aborda ‘a problemática da gestão do tempo entre trabalho remunerado em contexto profissional e trabalho não pago no contexto do agregado doméstico, em termos da afectação diferenciada de papéis e responsabilidades a mulheres e a homens, bem como das respectivas práticas neste domínio’ (INE, 2001: 5).

Os dados do IOT, e a respetiva análise na ótica da igualdade entre mulheres e homens, estiveram na base de um novo estudo – *Género e usos do tempo – O valor do trabalho não pago*, desenvolvido no âmbito do CESIS ao abrigo de um protocolo com a CITE. Os resultados deste estudo mereceram ampla divulgação, nomeadamente em [artigo](#) publicado num número especial da revista *Análise Social* consagrado ao tema ‘Famílias’. Particular

atenção, nomeadamente ao nível da fundamentação de políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens e da conciliação da vida profissional com a vida familiar, foi conferida a resultados que, com base na primeira fonte estatística oficial em Portugal a permitir uma abordagem analítica na perspectiva dos usos do tempo, confirmavam que:

Os padrões de afectação dos tempos de mulheres e de homens surgem marcados por uma profunda assimetria, designadamente em termos do trabalho não pago no espaço doméstico. Com efeito, e apesar de uma tendência de natureza modernizante, ao nível dos discursos e do próprio quadro legal, no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada, a progressiva e rápida aproximação dos padrões de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho não tem sido acompanhada por uma aproximação, em termos equivalentes, da participação dos homens no trabalho não pago. Mesmo considerando apenas homens e mulheres com emprego e, portanto, com uma duração da actividade profissional relativamente próxima, a sobrecarga de trabalho feminino ao nível das tarefas domésticas e de prestação de cuidados à família evidencia-se com clareza. (Perista, 2002: 471-472)

Estas são conclusões que, mais recentemente, puderam ser revisitadas e atualizadas no âmbito do *Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (INUT)*. Este foi um (assim chamado) projeto pré-definido que, também graças ao empenho e à persistência da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, contou com o apoio do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, EEA Grants, Área de Programa PT07 - Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada, e que veio a ser desenvolvido em frutuosa parceria entre o CESIS e a CITE.

Ora, os resultados deste último inquérito aos usos do tempo realizado no nosso país ([Perista et al., 2016](#)) confirmam que são muitas as mulheres (e muito mais mulheres do que homens) que dizem que, na sua vida do dia-a-dia, raramente têm tempo para fazer as coisas de que realmente gostam e que expressam um sentimento de falta de tempo, sobretudo de falta de um tempo a que possam chamar seu.

A pressa, os quotidianos acelerados vividos pelas mulheres refletem as assimetrias de género que persistem na distribuição do trabalho pago e, sobretudo, do trabalho não pago.

Com efeito, o tempo afeto pelas mulheres ao trabalho pago tem continuado a aproximar-se progressivamente do tempo que lhe é dedicado pelos homens – o diferencial de género a

este nível não ultrapassa os 27 minutos em cada dia, em desfavor dos homens. Contudo, o diferencial de género é muito mais alargado, atingindo 1 hora e 40 minutos em cada dia, e neste caso em desfavor das mulheres, no que toca ao tempo afeto ao trabalho não pago, isto é, às tarefas domésticas e ao trabalho de cuidado.

Significa isto que a jornada de trabalho diária das mulheres é bem mais longa do que a dos homens.

Significa isto, também, que, depois do trabalho, pago e não pago, resta às mulheres menos 1 hora e 13 minutos (por relação aos homens), em cada dia, para o tempo de que podem dispor para si próprias. Como dizia uma das nossas entrevistadas, quando lhe perguntámos sobre o tempo que tinha para si: *Não sei o que é isso. (...) Gostava imenso de ter mas não tenho.*

Impõe-se, assim, uma partilha equilibrada do trabalho não pago de cuidado entre mulheres e homens, como garante de que, como afirma o lema do 40º aniversário da CITE, se prossiga com firmeza o caminho no sentido de *Promover a dignidade. Concretizar a igualdade* – um caminho que, contudo, se afigura ainda mais longo do que a democracia e a justiça social o exigem.

Heloísa Perista, socióloga, investigadora sénior,
CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social
15.04.2019